



ACÓRDÃO Nº62/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11289/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** Nelson Abrahim Fraiji (Ordenador de Despesa)
- 4- **Órgão:** Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHEMOAM
- 5- **Exercício:** 2016
- 6- **Advogado:** Adriana Mírian de Miranda Trindade Barbosa – OAB/AM nº 5300, Ricardo Maia de Souza - OAB/AM nº 6420, Marco Aurelio de Carvalho Martins – OAB/AM nº 4777.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5446/2018-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHEMOAM. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em divergência com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas, exercício de 2016, da Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHEMOAM, sob a responsabilidade do **Sr. Nelson Abrahim Fraiji** – Diretor-Presidente e Ordenador de Despesas à época da presente Prestação de Contas, nos termos dos arts. 22, II e 24, da Lei nº 2.423/96 e art. 188, § 1º, II, da Resolução nº 04/02-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Senhor Nelson Abrahim Fraiji**, no valor de **R\$ 1.706,80 (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos)**, com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/96 (Lei Orgânica) c/c o artigo 308, inciso VII, da Resolução n. 04/2002, devidamente atualizado pela Resolução n. 04/2018, em vista das seguintes impropriedades:
 - 10.2.1. Ausência de comprovação cabal da urgência na aplicação dos recursos de adiantamento, violando as disposições contidas nos artigos 68 e 69 da Lei n. 4.320/64, artigo 7º do



ACÓRDÃO Nº62/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Decreto nº 16.396/94, bem como, no artigo 12 da Lei n. 2423/96;

10.2.2. Ausência de alimentação correta e consistente no Portal da Transparência – aba “licitações” - deixando de atender as determinações contidas no Decreto nº 7.185/2010 e Decreto Estadual nº 36.819/2016;

10.2.3. Ausência de aplicação das penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 mesmo diante da ausência de cumprimento do prazo para entrega dos materiais fixados nos Termos de Contratos.

Ressalta-se que o valor da mencionada penalidade deverá ser recolhido no prazo de 30 (trinta) dias à esfera estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, por meio do Documento de Arrecadação - DAR avulso, extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM.

Dentro do prazo anteriormente conferido, ou seja, 30 (trinta) dias, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento devidamente autenticado pelo Banco a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM c/c o art. 169, inciso I, da Resolução n. 04/2002 - TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Determinar de forma imediata que seja instaurada a cobrança executiva no caso de não recolhimento do valor da condenação, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;

10.4. Determinar ao responsável à época e à atual administração da Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHMOAM que:

10.4.1. Observe as disposições constantes nos artigos 68 e 69 da Lei n. 4.320/64, no artigo 7º do Decreto nº 16.396/94 e no art. 12 da Lei Estadual nº 2.423/96, que estabelecem as normas para concessão de adiantamento;

10.4.2. Observe as disposições constantes no Decreto nº 7.185/2010 e no Decreto Estadual nº 36.819/2016, com o fito de alimentar corretamente o Portal da Transparência desta Unidade Gestora;

10.4.3. Fiscalize corretamente os futuros contratos firmados, aplicando as penalidades devidas em caso de descumprimento de prazo de entrega dos materiais e/ou



ACÓRDÃO Nº62/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

serviços, nos termos em que preceitua os artigos 86 e 87 da
Lei n. 8.666/93.

11- Ata: 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Fevereiro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral